

Aconteceu

Plano Cruzeiro

Collor confisca a moeda e promove perda salarial

O governo Collor, que tomou posse dia 15, instalou no país um clima de preocupação e ansiedade. As medidas - que serão examinadas pelo Congresso Nacional - alteram profundamente a vida do brasileiro. Acabou o Cruzado Novo como moeda corrente e voltou o Cruzeiro. As contas de todos os cidadãos foram confiscadas, com a explicação que será apenas um empréstimo ao governo a ser devolvido daqui a um ano e meio, em 12 parcelas. Quem tinha na poupança mais do que 50 mil cruzados novos foi prejudicado. Mas nenhuma medida atingiu os bens patrimoniais e os latifúndios. Páginas de 11 a 16.

Douglas Mansur



Fidel, entre Frei Betto (E) e o pastor Milton Scwantes, na homenagem das lideranças cristãs, em São Paulo

Fidel e Ortega são homenageados no Rio e São Paulo

Os presidentes de Cuba, Fidel Castro, e da Nicarágua, Daniel Ortega, estiveram no Brasil oficialmente para a posse de Collor de Mello. Durante o período em que estiveram no país, percorreram várias cidades e foram homenageados no Rio e em São Paulo. Na capital paulista, Fidel Castro falou sobre

a integração da América Latina e, no Rio, o Presidente Daniel Ortega, derrotado nas últimas eleições para Violeta Chamorro, falou sobre a situação da Nicarágua ao receber o título de doutor Honoris Causa da Universidade Federal Fluminense. Páginas 6 e 7.

Reitores elaboram documento para novo governo

Uma batalha sem fronteiras pela erradicação do analfabetismo com uso de todo potencial das universidades brasileiras; a prioridade para a ciência, tecnologia e pesquisa que atendam às necessidades do desenvolvimento do País e a melhoria do ensino global, desde o básico até o superior, são as principais sugestões da quinquagésima reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Crub - realizada em Belo Horizonte.

Todas as conclusões e sugestões do Crub vão ser levadas em um documento único ao presidente Collor de Mello, e à equipe que vai promover o novo plano de governo na área educacional e de ciência, tecnologia e pesquisa sem a preocupação de outros encontros e congressos de apresentação de uma carta ou manifesto especial com reivindicações e propostas.

As principais propostas e

documentos aprovados pela plenária do Crub foram reunidos em quatro blocos com um total de 19 laudas que vão ser encaminhadas ao ministro da Educação, senador Carlos Chiarelli, e ao governo Collor de Mello. São as propostas para mudanças na educação brasileira, principalmente nas universidades. Segundo o presidente da entidade, o reitor da PUC de Campinas, professor Eduardo Pereira, o mais importante foi o Crub ter aprofundado a reflexão sobre a necessidade e a prioridade da universidade entrar com todos seus recursos e potencial na luta contra o analfabetismo:

O Brasil detém o triste recorde de contribuir com 3,5 por cento dos analfabetos do mundo. São 30 milhões ou mais de brasileiros que vivem em total ignorância e que precisam ser alfabetizados e orientados para que entrem no processo de produção e mais importante as-

suma na totalidade a cidadania.

O modelo de luta contra o analfabetismo segundo os reitores reunidos em Belo Horizonte tem de passar desde o uso do espaço físico das universidades que ficam ociosas na maior parte do tempo até uma integração entre a universidade e as demais escolas de primeiro e segundo graus para que o ensino brasileiro melhore de qualidade.

Os reitores propõem também que as universidades a partir de agora sejam administradas de forma diferente dos demais órgãos públicos e que haja uma modernização total, com investimentos de verbas para a investigação e pesquisa em ciência e tecnologia para que o Brasil possa vir a se tornar independente e tenha sua própria tecnologia, não ficando na dependência das concessões externas. (Correio Braziliense, 11/03/90)

Alagoas não paga o salário mínimo a professor

Só dois dos 98 municípios de Alagoas pagam o salário mínimo aos professores de 1º grau. O levantamento é do Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado. A entidade pretende entrar com uma ação na Justiça de Arapiraca, segundo maior município do Estado, para exigir o cumprimento de um dispositivo constitucional que determina a remuneração mínima de um salário.

O Estado de Alagoas conta com um total de 23 mil professores nas redes municipais de ensino. Em fevereiro, profissionais com formação de 2º grau receberam NCz\$ 100,00 no município de Ientue D'Arta, afirma Irailde.

Na rede estadual, que reúne 17 mil professores, há garantia do mínimo. Dia 9, o governador do Estado anunciou um aumento de 60,4% para a categoria, mais um acrésci-

mo de 25% para os profissionais que trabalham em sala de aula.

Mesmo com o reajuste, aprovado para 50% dos servidores da área educacional - no total são 28 mil, incluindo o pessoal que trabalha na área administrativa, os salários não atingem o mínimo.

"É feita então a correção para pagar o mínimo", diz a diretora da associação. (Folha de São Paulo, 11/03/90)

Aconteceu nº 538 20 a 26 de março de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983 Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor Xico Teixeira Reg. Prof. 1928/07/16
Editora assistente Lígia Dutra Reg. Prof. 3407/14/60
Secretaria Eliane Lobato
Composição Kátia Simões Paulo Roberto S. Garcia
Produção Gráfica Alcino Demby
Fotolitos e Impressão Tribuna da Imprensa

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 170,00 Assinatura de apoio: NCz\$ 260,00 Assinatura exterior: US\$ 50

Estudo mostra perfil educacional

Um terço da população brasileira divide-se entre analfabetos declarados e jovens sem capacidade efetiva de ler e escrever. Esse perfil educacional, que coloca o Brasil bem abaixo da Argentina, México e Uruguai e ainda de outros 40 países, consta do documento "Educação: Um País Indigente", preparado por um grupo de educadores coordenados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e entregue dia 14 ao ministro da Educação, Carlos Sant'Anna, em seu último dia à frente do ministério.

O documento sugere uma completa revolução na educação. E assinala que, embora o Brasil tenha avançado nos últimos dez anos em termos econômicos e industriais, nada se fez na área educacional.

"O sistema educacional cresceu, mas não educa. Apenas 10% da população consegue chegar à universidade", constata o documento apontando o fato de que no primeiro grau apenas 38% dos alunos concluem a 1ª série, menos de 25% chegam ao segundo grau e apenas 17% terminam o curso.

Os educadores afirmam que há recursos para a educação, mas a verba simplesmente não chega às salas de aula. "Isenções e sonegações impunes vazam os recursos potenciais", acusam, lembrando que o dinheiro destinado ao setor "se perde no emaranhado das transferências entre agentes financeiros privados e cofres públicos, entre órgãos recolhedores e órgãos beneficiados".

O documento entregue dia 14 ao ministro propõe a defesa do ensino básico e chama a atenção do próximo governo para "liderar uma revolução de princípios em favor de uma mobilização federal, estadual e municipal para fixar o aluno nas escolas (o índice de reprovação é de 54% já na primeira série) e, também, pela jornada integral das crianças". A formação de professores e sua melhor remuneração é outro item que, segundo os educadores, merece atenção especial. Segundo o documento, apenas 32% dos professores de primeiro grau possuem licenciatura. (O Estado de São Paulo, 15/03/90)

Governo quer o "Mobral eletrônico"

Está praticamente pronto um dos mais ambiciosos projetos do novo governo para a área de Educação. Para tocar adiante o Programa Nacional de Alfabetização, anunciado junto com o nome do novo ministro da Educação, Carlos Chiarelli o governo Collor vai usar recursos eletrônicos. Nos moldes da "Open University" (universidade aberta) inglesa e baseado na experiência dos telecurios, o Ministério da Educação vai reformular a estrutura da Funtevê (a fundação encarregada de administrar a rede de televisões educativas do País) para transmitir o programa de alfabetização via satélite.

Além das transmissões via satélite, que entrarão na rede de televisões educativas, haverá também um circuito fechado em salas de aulas. Esses cursos de alfabetização serão realizados à noite, usando a estrutura física das universidades federais. "Nas 47 universidades federais temos uma ocupação de apenas 5% das salas à noite", informa um dos técnicos envolvidos no projeto. As transmissões via satélite seriam direcionadas para os analfabetos das áreas rurais e os que não dispõem de meios para participar dos cursos nas universidades. (O Estado de São Paulo, 11/03/90)

Lei Orgânica: mais recursos para Educação

Os vereadores do Rio terminaram de votar dia 9 os capítulos da Lei Orgânica do Município relativos à Educação e a Cultura. Dentre as matérias discutidas em plenário, uma das mais polêmicas foi a emenda que destina, para a Educação, de um percentual mínimo de 35 por cento da receita de impostos e das transferências da União e do Estado. Os vereadores aprovaram também uma emenda que determina a eleição direta nas escolas municipais, estabelecendo como requisito essencial para os candidatos, a formação específica em administração escolar.

O projeto da Lei Orgânica previa a fixação de um mínimo de 25% da receita de impostos para a Educação, mas uma emenda dos Vereadores Chico Alendar (PT), Jorge Pereira (Pasart) e Fernando William (PDT) aumentou o percentual. Ao defender a proposta, Chico lembrou que a rede municipal do ensino, com cerca de mil escolas é a maior do país. Segundo ele, o Município do Rio já chegou a aplicar 42% da receita na Educação e nem assim conseguiu resolver o problema do déficit de vagas e da falta de professores.

O Vereador não gostou, no entanto, dos critérios aprovados para a eleição direta nas escolas. Para ele, a exigência de que o candidato tenha formação em administração escolar vai inviabilizar, na prática, a eleição: "A capacidade de alguém que está na direção de uma escola é medida pelo relacionamento com a comunidade, com os alunos e com os professores, e não por um curso qualquer". (O Globo, 10/03/90)

Mirad perdeu US\$ 257,4 milhões para sonegadores

O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) deixou de arrecadar em Imposto Territorial Rural (ITR), que incide sobre todas as propriedades do Brasil, durante o ano de 1988, uma cifra de US\$ 257,4 milhões, confirmando uma tendência histórica de evasão de recursos públicos de 70% observada nos anos anteriores. O governo emitiu naquele ano US\$ 342,5 milhões em ITR, mas conseguiu receber apenas US\$ 85,1 milhões.

A aplicação do Imposto Territorial Rural tem-se revelado ineficaz não cumprindo com nenhum de seus propósitos, como desestimular a subutilização da terra, ou geração de receitas fiscais.

"Essa inoperância resulta, em parte, da legislação, mas é resultado, também, da falta de decisão política na aplicação da legislação vigente", diagnosticou um economista da Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda.

Os proprietários de latifúndio

por dimensão - que possuem áreas superiores a 10 mil hectares -, são os que mais sonegam imposto territorial. Eles deveriam recolher em 1988, em torno de US\$ 55,1 milhões, mas acabaram contribuindo com apenas 1,4%. A evasão de recursos fiscais na categoria dos latifundiários por exploração atingiu nesse mesmo ano 76,3%, e os minifundiários - proprietários rurais com área inferior a 100 hectares - 52,7%. As consideradas empresas rurais foram as que apresentaram (dentro de uma tendência histórica, e confirmada pelas estatísticas do Inbra em 1988) a menor evasão, com 27,2%.

Essas empresas rurais, apesar de apresentarem um dos melhores desempenhos no cumprimento do dever de pagar o ITR emitido pelo Mirad, foram apontadas como sonegadas indiretas no momento em que declararam informações falsas ao cadastro do Inbra.

As informações dos proprietários rurais, encaminhadas ao

Inbra procuram indicar uma produtividade agrícola superior à efetiva para poder ser enquadrados como empresas rurais e assim pagar menos imposto.

O cadastro do Inbra registra milhares de casos onde os proprietários indicam produtividade de 31 mil quilos por hectares de arroz, em estados como o Rio Grande do Sul, quando na verdade a média é de 4,7 mil quilos por hectare. Há produtores de cana-de-açúcar que indicam produtividade de 196 mil quilos por hectares, quando o rendimento médio nacional é de 68,4 mil quilos por hectares.

Para dotar a cobrança do Imposto Territorial Rural de um grau mais elevado de eficiência, é necessário que esses fatores estruturais de subtributação sejam atacados e que se promova uma atualização dos preços da terra em todo o País nos arquivos do Inbra; e que os devedores sejam imediatamente inscritos em dívida ativa e ajuizados. (Gazeta Mercantil, 12/03/90)

VALORES QUE DEIXARAM DE SER ARRECADADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS VALORES EMITIDOS DE ITR, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA E CATEGORIA DE IMÓVEL: BRASIL, 1982-85 (%)				
Classe de área (ha) e categoria de imóvel	1982	1983	1984	1985
- 10	27,4	30,6	30,4	37,7
10 - 50	32,1	36,9	35,4	44,4
50 - 100	39,5	44,3	41,1	51,6
100 - 500	45,8	50,4	48,7	55,0
500 - 1.000	52,6	60,4	51,9	60,0
1.000 - 10.000	74,1	76,5	74,4	76,9
10.000 +	87,8	89,7	87,2	90,0
Minifúndio	33,1	38,4	37,5	46,7
Empresa rural	25,5	30,5	13,4	19,0
Lat. por exploração	65,5	70,2	66,9	73,5
Lat. por dimensão	95,9	97,5	97,0	97,5
Total	64,8	79,5	66,8	72,2

Fonte: INCRA, Estatísticas Tributárias - 1982/85

Luta pela terra tem 7 mortes este ano no Maranhão

A Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos divulgou os números da luta pela posse da terra no interior do Maranhão. Segundo a sociedade, ligada à Igreja e ao Partido dos Trabalhadores, sete pessoas foram assassinadas em conflitos ocorridos nos dois primeiros meses deste ano, o que projeta, na sua avaliação, um quadro de violência rural ainda mais intenso do que o do ano passado.

No Maranhão, os membros de cerca de 400 mil famílias de agricultores encontram-se na condição de posseiros ou trabalhadores temporários.

Em 1989, foram computados no interior do Estado 21 assassinatos provocados pela disputa fundiária, além de 117 prisões consideradas ilegais e 38 casos de tortura. Esses conflitos envolveram aproximadamente seis mil famílias de trabalha-

dores rurais de seis municípios do Interior.

A Sociedade Maranhense acusa o governo estadual de fazer vista grossa para arbitrariedades policiais e para a ação dos esquadrões da morte que diz atuarem no interior do Estado. O grupo Bala Preta, segundo a instituição, é responsável por desenove mortes em Bacabal. (O Estado de São Paulo, 15/03/90)

Fazendeiro ameaça expulsar posseiros em MG

Um grupo de homens armados com revólveres, espingardas e metralhadoras, contratados pelo empresário Antônio Luciano Pereira Filho, considerado o maior latifundiário rural e urbano de Minas Gerais, está ameaçando expulsar 30 famílias de posseiros que ocupam desde o início de 1988 uma área pertencente à Fazenda Morrinhos, no município de São Francisco.

A denúncia foi feita pelo presidente da seção regional norte da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Alvimar Ribeiro Santos. A desapropriação da fazenda foi decretada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr) em agosto do ano passado, informou o sindicalista. Segundo Alvimar, o latifundiário Antônio Luciano quer expulsar os posseiros para poder derrubar árvores de madeiras nobres, como jacarandá, cedro e sucupira, que serviriam para uma de suas empresas, a Rural Baiurú, que mantém uma serraria no interior da Fazenda Morrinhos. (JB, 14/03/90)

Seis prisões injustas de lavradores

Desde o dia 17 de janeiro estão presos na penitenciária de Rio Branco-AC, seis lavradores, membros da comissão de acampados, que representam os colonos do projeto de assentamento Boa Esperança, em Serra Madureira e que acamparam no Inkra local para reivindicar a liberação de recursos do PROCERA - Programa de Crédito Rural. O primeiro acampamento, realizado em meados do ano passado, teve como resultado a promessa de que os recursos seriam liberados até dezembro do mesmo ano. Porém com o não cumprimento desta, os colonos voltaram a acampar em 8 de janeiro, até que fossem liberados os recursos.

Após contatos com a comissão nacional do Procera, BNDS, Inkra e Banco da Amazonia descobriu-se que o dinheiro já havia sido aprovado pelo Congresso e repassado ao BNDS desde o dia 20 de novembro de 89. A comissão estadual não quis negociar, prometendo que no dia 17 de janeiro de 1990, no mais tardar, seria dada uma posição pelo superintendente do Inkra Regional sobre a liberação dos recursos.

Mais uma vez a promessa não foi cumprida, o que levou os

acampados a se rebelarem contra a própria comissão de negociação. Isto acarretou numa confusão onde alguns móveis foram quebrados.

Foram chamados as polícias federal e civil do município que detiveram, sem resistência, 127 pessoas, onze dos quais foram indiciados no código penal.

Os membros da Comissão dos Acampados foram tratados como bandidos sendo inclusive espancados.

Foram mantidos presos os colonos:

- Adão Costa da Silva, José Lopes de Souza, José Caetano Xavier, Valdir Osmar da Rosa e Noel Lima Abreu.

O pedido de liberdade feito pelos advogados dos lavradores foi negado. Suas famílias estão passando por sérias dificuldades financeiras e de alimentação.

Mais seis colonos tiveram prisões decretadas, para o que foi enviado para Serra Madureira um pelotão de polícia federal fortemente armado. Não encontrando os lavradores que foram prender, invadiram suas casas, gritando xingando e ameaçando suas esposas. (Goiania, 9 de março de 1990. Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra)

Festa no Memorial reúne Fidel e Ortega em São Paulo

Os presidentes de Cuba, Fidel Castro, e da Nicarágua, Daniel Ortega, fizeram dia 17, em São Paulo, discursos inflamados em favor da unidade latino-americana. Fidel disse que a resistência em Cuba "defende os interesses de toda a América Latina", e reclamou que os governantes desses países nem "sequer se atrevem a reunir-se" para "discutir os sérios problemas" que têm para resolver.

Na sua opinião, esses dirigentes criaram o "hábito da submissão e da obediência". Fidel foi aplaudido por um público de cerca de 500 pessoas.

Ao chegar com uma hora e meia de atraso para a solenidade, Ortega, numa rápida entrevista, disse que a Frente Sandinista da Nicarágua, derrotada nas eleições presidenciais realizadas no final de fevereiro, vai desenvolver uma "oposição crítica" ao novo governo.

Em sua opinião, a presidenta eleita, Violeta Chamorro, terá de "manter uma política muito cuidadosa para ter um mínimo de estabilidade", uma vez que os sandinistas ainda detêm a maioria no Congresso.

Em seu discurso, Ortega afirmou estar convencido de que "não é suficiente a abertura democrática da América Latina se ela não está acompanhada da democracia no campo econômico e social".

Fidel e Ortega participaram com o governador Orestes Quécia da comemoração do primeiro aniversário do Memorial da América Latina (zona oeste de São Paulo).

Fidel Castro percorreu todos os edifícios do Memorial, fazendo perguntas sobre seu funcionamento. Ele recebeu explicações durante todo o percurso do antropólogo Darcy Ribeiro (PDT), ex-vice-governador do Rio de Janeiro e idealizador do Memorial. Ao assinar o

"livro de ouro", Fidel elogiou a obra. Escreveu: "Experimento uma profunda impressão ante esta magna obra da história à unidade e integração do que Martí (José Martí, escritor e herói das lutas de independência de Cuba) chamou de 'nossa América'. Felicito quem a concebeu, projetou e construiu. Ela supera tudo o que se podia imaginar. Os brasileiros devem se orgulhar dela, assim como todos os latino-americanos".

O presidente cubano, em discurso de 50 minutos, afirmou que a América Latina faz uma exportação líquida de capital por ano da ordem de US\$30 bilhões, o que equivale "a 3 mil toneladas de ouro", enquanto a produção mundial não chega a mil toneladas/ano. E afirmou que isso representa uma exploração maior do que nos tempos de colônia. (Folha de São Paulo, 18/3/90)

Douglas Mansur



Antes da visita ao memorial, Fidel Castro foi homenageado por cristãos no Anhembi

Presidentes participam de entrega de prêmios

Fidel Castro e Daniel Ortega participaram, no Memorial da América Latina, da entrega do prêmio Estado de São Paulo ao antropólogo Orlando Villas-Boas. O prêmio, concedido este ano pela primeira vez, se destina a uma personalidade que tenha se destacado em todo o continente nas áreas de artes, literatura, ciências humanas e desenvolvimento científico. Villas-Boas recebeu o equivalente em cruzeiros a US\$ 100 mil (Cr\$ 8 milhões) e foi saudado pelos presidentes de Cuba e da Nicarágua.

Aproveitando o discurso de Villas-Boas, que trabalhou com os índios do Xingu, Fidel Castro afirmou que não está empenhado na comemoração dos 500 anos de descobrimento da América porque a festa pode se tornar "a apologia da escravização, da conquista e do

saque". "Não queremos ser os novos índios", disse. "Mas se não nos unirmos, seremos os novos índios do mundo atual".

Daniel Ortega discursou na mesma linha. Disse que os EUA não estão satisfeitos com a derrota eleitoral da Frente Sandinista "porque não foi uma derrota da revolução, e continuam mantendo as forças mercenárias e suas tropas no Panamá, com a mesma virulência com que ameaçam Cuba há 30 anos". Se referindo a um episódio contado por Villas-Boas, segundo o qual um homem branco dividiu um sabonete entre os índios e um deles, em troca, lhe deu um pedaço de uma flecha, Ortega disse que o Norte (da América) continua repartindo o sabão para a América Latina e a "nós falta a firmeza e a dignidade de repartir a flecha". (FSP, 18/3/90)

Douglas Mansur



O comandante Fidel

Enealdo Carneiro



O presidente nicaraguense, Daniel Ortega, recebeu o título de doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em solenidade realizada no Rio. Aos professores e alunos, Ortega explicou a derrota dos sandinistas para Violeta Chamorro, nas eleições presidenciais alegando o temor do povo de continuar a guerra civil. "Os sandinistas pregaram a paz com dignidade", disse Ortega, mas não foi suficiente para garantir a tranquilidade da população. Agora, segundo disse Ortega, a luta continua no parlamento, até as próximas eleições.

Outra vez

Confidência do ministro do Trabalho, Rogério Magri, durante um vôo para Brasília antes do anúncio das medidas:

"Que os trabalhadores serão sacrificados, não tenho dúvida. O que vou tentar é que eles não sejam os primeiros". (Painel, FSP, 15/03/90)

Colisão

O futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e o secretário-geral da Presidência, Marcos Coimbra, já começam a trombar. (Painel, FSP, 15/03/90)

Só segunda

Com os bancos fechados, várias empresas paulistas, como a Metal Leve, não puderam pagar a seus funcionários o adiantamento salarial de março. Nem mesmo as que tinham antecipado o pagamento. (Painel, FSP, 15/03/90)

Em breve

Maria da Conceição Tavares selou em almoço no Rio sua intenção de entrar no PT.

A assinatura da ficha de filiação deve ser feita em breve. Com pompa e circunstância. (Painel, FSP, 15/03/90)

Paga pra ver

A deputada fluminense Anna Maria Rattes suspendeu sua saída do PSDB depois de ler a nota da Executiva Nacional propondo a expulsão do senador José Ignácio. Acha que o partido vai mesmo para a oposição. (Painel, FSP, 15/03/90)

Não pagam

A deputada estadual Heloneida Studart deve confirmar sua saída do PSDB fluminense, rumo ao PT.

O ex-deputado Marcelo Cerqueira deve tomar a mesma atitude, mas na direção do PDT. (Painel, FSP, 15/03/90)

Troteio

Do principal assessor econômico do PT, Aloizio Mercadante, sobre a equipe de Zélia Cardoso de Mello:

- Demonstraram uma visão pequena ao deixar o Mailson sem condições de gerir a economia. Foram irresponsáveis ao não articularem medidas preventivas, sob o pretexto de evitar a co-gestão.

O quadro é agora mais grave e o plano mais vulnerável. (Painel, FSP, 15/03/90)

Mentira

A economista Zélia Cardoso de Mello mentiu.

E isso é muito feio.

Na sexta-feira, dia 9, ela garantiu que não haveria feriado bancário:

- Esses são boatos que partem de gente que está ganhando muito dinheiro.

É evidente que nenhuma autoridade econômica, com o mínimo de responsabilidade, pode divulgar com antecedência um eventual feriado bancário - para evitar não só histeria de gente correndo para os bancos como, principalmente, especulações financeiras.

Mas nem por isso um ministro deve mentir. Zélia poderia simplesmente dizer que não responde a questões desse tipo. Como aliás fez o presidente Collor de Mello que, indagado em recente entrevista coletiva sobre que conselho daria a eventuais investidores ansiosos, respondeu que nenhum, por não ser analista de investimentos. (Informe JB, 15/03/90)

Pingue

Nove em cada dez auxiliares do ministro da Infra-Estrutura, Ozire Silva, foram sacramentados pelo primeiro-irmão Leopoldo Collor. (Informe JB, 15/03/90)

Pongue

Nove em cada dez auxiliares da futura ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, foram sacramentados por Zélia Cardoso de Mello. (Informe JB, 15/03/90)

Ortodoxia

Do economista Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central:

- Este programa é de deixar qualquer monetarista ortodoxo morrendo de inveja.

Como ele, por exemplo. (Informe JB, 17/03/90)

E mais

Langoni acha que a dose é tão forte que, se for implantada do jeito que está, os serviços do delegado Romeu Tuma podem ser dispensados.

E mais:

O ex-presidente do BC acredita que o choque pode, inclusive empurrar o país para a deflação - inflação negativa. O que não é necessariamente bom. (Informe JB, 17/03/90)

Hiperpacote

O deputado Felipe Mendes (PDS-PI) foi conciso:

- Tem muito collarido aí que ficou pálido depois do pacote. (Informe JB, 18/03/90)

Barganha

Congressistas acham que o governo estabeleceu um rígido limite nos saques bancários para poder negociá-los com o Congresso: reduz os tetos em troca da aprovação de todo o pacote. (Painel, FSP, 18/03/90)

Por segurança

Pessoas que conversaram reservadamente com Rogério Magri antes da divulgação do pacote estão convencidas de que o ministro sabia apenas da parte das mudanças nos salários.

Ele costuma falar muito em entrevista. (Painel, FSP, 18/03/90)

Irreverência

O Plano Collor já ganhou um codinome no Rio de Janeiro.

É o Plano Raoni.

O do beijo. (Informe JB, 19/03/90)

Palavrão

A ministra da Economia não consegue falar dez palavras sem dizer *transações*.

Nem Freud explica. (Informe JB, 19/03/90)

Efeito pacote

Em Belo Horizonte, no fim de semana após o feriado bancário, o *hit* eram as camisetas com a inscrição CAL-LOTE.

Logicamente com os *ll* em verde e amarelo.

Detalhe: pelo sim, pelo não, o vendedor não aceitava cheques. (Informe JB, 19/03/90)

Já

Em Brasília, virou símbolo de status uma camiseta com a estampa de uma caricatura mostrando um bolo de noiva, encimado por um casal.

Embaixo, está escrito a palavra mágica *transição*, referente aos que formularam os planos do governo Collor. (Informe JB, 19/03/90)

Pé atrás

Do deputado César Maia, sobre o hiperpacote:

- As medidas são como as condições de um automóvel. Podem ser adequadas, mas isso não garante que o motorista tenha habilidade. (Informe JB, 19/03/90)

Mentiu

Não adianta tapar o sol com a peneira.

O presidente Collor de Mello disse na campanha que

a caderneta de poupança era intocável.

Collor, que tinha sido de uma coerência impecável até agora, pelo menos nesse caso está seguindo um dos piores costumes da vida pública brasileiras.

A de prometer uma coisa no palanque.

E fazer outra coisa depois de eleito.

O povo que se dane. (Informe JB, 18/03/90)

SOS

Rápido no gatilho, o motorista do táxi GP 4267 circulava dia 17 por São Paulo com um adesivo improvisado no vidro traseiro:

"Sarney - Eu era rico e não sabia". (Informe JB, 18/03/90)

Mesmo filme

De um pessimista intelectual mineiro, ao tomar conhecimento das primeiras medidas econômicas de Fernando Collor, que vazaram na véspera da posse:

- Esse filme eu já vi antes: eu morro no final. (Informe JB, 18/03/90)

Mãos ao alto

Uma eleitora do deputado Ronaldo César Coelho, moradora de Campos, no Norte fluminense, ligou desesperada na sexta-feira dia 16 ameaçando-o de morte caso vote pela aprovação do pacote.

Ela vendeu um sítio e aplicou, pela primeira vez, no over, todo o dinheiro do negócio. (Informe JB, 18/03/90)

Comunicação

De quem entende do assunto, analisando a maneira desastrada como o hiperpacote foi anunciado à nação:

- Também, entregaram a comunicação a um turco que não sabe falar português.

No caso, é o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, que há 45 anos nasceu na Turquia e chegou ao Brasil em 1974. (Informe JB, 18/03/90)

Em tempo

A ministra Zélia Cardoso de Mello também so deveria aparecer na televisão escoltada por um tradutor de economês para o português. (Informe JB, 18/03/90)

Perguntinha

Uma dúvida, sobre a proibição da emissão de cheques ao portador, que tomou de assalto alguns parlamentares:

- As contribuições ilegais para campanhas políticas serão pagas como? (Informe JB, 18/03/90)

Funai liga terras Kaiapó

O presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, assinou a Portaria Nº 220 no dia 3 de março deste ano, interditando a Área Indígena Menkragnoti de 4.938.100 hectares, nos Municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no sul do Pará, "objetivando a demarcação no prazo de 150 dias".

Esta área tornará o território Kayapó contínuo, ligando suas terras no Parque Indígena do Xingu, norte do Mato Grosso, à Área Indígena Kayapó, no sul do Pará. Este ato da Funai, à caminho da demarcação dessa terra indígena, é o resultado da pressão que Raoni e seu amigo Sting, criador da Fundação Mata Virgem, fazem há dois anos. Em abril do ano passado iniciaram um giro por diversos países europeus, recolhendo mais de um milhão de dólares, para a demarcação dessa terra.

Em janeiro deste ano estiveram com o Presidente Sarney, exigindo a demarcação da área indígena ainda neste governo. Sarney então assinou um decreto que recomendava à Funai, promover a interdição da área para fazer o levantamento e estudos visando a proposta dos limites. Isso irritou os índios e a Fundação Mata Virgem que queriam a demarcação imediata dessa terra. (PIB, 16/03/90)

Justiça reintegra garimpo

O juiz da 1ª Circunscrição Judiciária de Boa Vista (RO), Elenauro Batista dos Santos, determinou, dia 14, que os garimpeiros Francisco Paulo de Andrade, seja reintegrado ao garimpo do "Chico Jacaré", de onde foi retirado, pela Polícia Federal, sob a alegação de que estava em área indígena Yanomami.

O garimpeiro e cerca de 70 homens que trabalhavam com ele vão voltar à área sob a escolta das Polícias Militares e Civil. Eles foram retirados, no início da semana passada, porque a polícia entendeu que a liminar do Juiz autorizando a extração de ouro na região (entre os rios Uraricoera e Parima, no noroeste do Estado) não tinha valor diante da determinação do ministro da Justiça de que todos os garimpeiros fossem retirados do território indígena. Os delegados Josias Carlos Barbosa e Raimundo Soares Cotrim, o diretor da PF em Roraima, Ronaldo Glaucon Freitas Maia, e ainda o coordenador da operação Yanomami pela Funai, Nelson Campos Moreira, foram considerados pelo juiz como transgressores da lei. Segundo a sentença, nenhuma operação "pode incluir a desobediência a um mandado judicial". (O Estado de São Paulo, 14/03/90)

Homologada demarcação de áreas indígenas no Rio Negro

O presidente José Sarney assinou, dia 13, decretos homologando a demarcação de 11 áreas indígenas no Alto Rio Negro, localizadas no município de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas), e criando nove florestas nacionais. Com a homologação, de acordo, com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), os índios perderam 58% de suas terras, que eram de 5 milhões e 5 mil hectares e agora estão reduzidas a 2 milhões e 81 mil e 74 hectares.

Para o Cimi, as nove florestas nacionais (Cubaté, Urucu, Xié, Icana-Aiau, Cuari, Içana, Piraiuara, Taracua I e Tacua II), criadas dentro das áreas reivindicadas pelos índios, são in-

constitucionais, porque a lei determina que cabe ao governo apenas demarcar as terras, determinando seus limites. Com a criação das florestas, o governo está contribuindo para a invasão das áreas, já que, com uma autorização do Incra, poderá ser iniciado um processo de exploração madeireira, observou o secretário da entidade, Antonio Brand.

Além de perder parte da área para o governo através do decreto de criação das florestas, o Cimi alegou que cerca de 600 mil hectares de terras indígenas deixaram de ser demarcadas.

"Essas terras estão sem dono e podem ser invadidas a qualquer momento", alertou o se-

cretário. A diretoria do Cimi acha que os índios do Alto Rio Negro, em torno de 14 mil, de 15 nações - tucanos, tupuias, banivas e barés, entre outras -, entrarão na justiça contra a decisão do presidente Sarney.

Para o superintendente da Funai, Sifrido Graziano, com a homologação dessas áreas o presidente Sarney conseguiu, no final de seu mandato, ver quase concluído o Projeto Calha Norte, faltando demarcar apenas algumas áreas próximas da fronteira com a Guiana Francesa. "O governo Sarney foi o que demarcou mais terras indígenas, cerca de 35 milhões de hectares", defende o superintendente da Funai. (13/03/90)

Plano Collor confisca o dinheiro do brasileiro

O Brasil que começou a trabalhar dia 19 é completamente diferente daquele da semana anterior. Sem dinheiro para gastar ou mesmo para pagar as dívidas contratadas, os consumidores desaparecerão, fazendo com que grande parte do comércio e da indústria passe da euforia das remarcações à total paralisação de suas atividades. A previsão é de que, pelo menos no curto prazo, a economia mergulhará na pior recessão já vivida por este país. O desemprego vai aumentar. Os preços de todos os ativos financeiros deverão despencar com a abertura dos mercados, os empresários farão uma verdadeira desova de estoque na tentativa de obter cruzeiros e a expectativa é de estagnação e até queda nos preços de muitos produtos. Muitas empresas deverão fechar suas portas.

O professor João Sayad, ex-ministro de Planejamento do Plano Cruzado diz que a economia abre agora com as pessoas

tendo um sério sério problema que até semana passada era do governo: a falta de dinheiro. "O Plano Collor congelou o dinheiro, enquanto o Plano Cruzado congelou os preços", define ele, afirmando que a suspensão dos pagamentos das dívidas do governo com os investidores faz com que a nova equipe econômica transferisse seu problema de caixa para a sociedade.

Para o professor José Márcio Camargo, da PUC do Rio, se o governo cumprir sua determinação de manter limites rígidos na retirada de dinheiro, não há dúvida de que a recessão será enorme, o desemprego virá e a inflação cairá rapidamente.

"Mas isso pode ser amenizado se o Banco Central começar a fazer logo os leilões de conversão e permitir a troca de parte dos cruzados novos por cruzeiros", acredita Camargo.

Ele não tem dúvidas de que se a rigidez dos saques for mantida haverá uma grande falência de empresas. (JB, 18/3/90)

As consequências

- Queda nos preços dos ativos reais, como dólar, ouro e ações. As pessoas venderão esses ativos para obter dinheiro.

- Aumento dos juros e aperto no crédito. O bloqueio do dinheiro elevará os juros dos empréstimos e tornará o crédito difícil pela falta de investidores aplicando nos bancos.

- Paralisação de alguns setores da economia, nas áreas de serviço, comércio e indústria. As pessoas estão sem dinheiro porque o volume de recursos disponível em circulação caiu de US\$ 80 bilhões para US\$ 24 bilhões.

- Redução brutal na atividade das empresas. A falta de dinheiro fará com que os empresários reduzam suas atividades pela falta de compradores.

- Desemprego. A redução no ritmo das atividades vai provocar, segundo os economistas, um aumento do desemprego, que trará junto o achatamento dos salários.

- As exportações vão aumentar. Sem consumidores para comprar os produtos, as empresas deverão destinar parte de sua produção para o mercado internacional. É o contrário do que aconteceu no Plano Cruzado. As importações deverão diminuir. (JB, 18/3/90)

Economistas afirmam que haverá recessão e desemprego

O Plano Collor é bom, embora cometa exageros na definição dos custos para derrubar a inflação. A avaliação é da Ordem dos Economistas de São Paulo, que promoveu uma reunião dia 17 para discutir o programa econômico. "Em termos do que defende a Ordem, eu daria nota oito para o programa", afirmou Roberto Macedo, presidente da entidade.

Para Macedo, o ajuste deveria atingir de forma mais rígida o

governo. "Estão exigindo demais da iniciativa privada e não está havendo uma contrapartida à altura", disse.

O limite de Cr\$ 50 mil para saques em cadernetas de poupança também foi questionado pelos economistas. Eles acreditam que dificilmente a medida provisória que estabelece o limite conseguirá passar sem alterações pelo Congresso Nacional. "Ao contrário do over, a caderneta dá ibope polí-

tico", disse Macedo.

Os membros da Ordem dos Economistas de São Paulo que participaram da reunião não têm dúvidas de que a economia do país vai passar por uma recessão, com uma consequente onda de desemprego. "E quem vai perder primeiro é o trabalhador de baixa renda, que não tem mecanismos sociais para socorrê-lo", afirmou o economista Antonio Correa de Lacerda. (FSP, 18/3/90)

Plano vai demitir 10 mil servidores públicos

O secretário de Administração da Presidência, João Santana, estimou que cerca de 10 mil funcionários públicos sem estabilidade ligados a órgãos extintos pelo Plano Collor serão demitidos. Ele informou que todos os funcionários públicos federais devem se apresentar às suas repartições de origem. Os demitidos devem aguardar instruções da Secretaria de Administração, que entrará em contato para informar como será paga a indenização.

O Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal (Sindsep) decidiu dia 16 à noite realizar um ato de protesto contra o programa econômico do novo governo. O ato foi em frente ao Ministério da Economia, contando com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A diretoria do Sindsep cri-

tica "a falta de critérios" para as demissões de funcionários, previstas no programa econômico, e a possível recessão que as medidas trarão ao país.

Na avaliação do Sindsep, para que os servidores "fantasmas" sejam demitidos, não há necessidade de uma medida provisória, pois a legislação já tem mecanismos para esse tipo de demissão.

O Sindsep é, por princípio, contrário a qualquer tipo de demissão que não seja dos funcionários "fantasmas" e teme que entre os demitidos estejam servidores que trabalham regularmente, ou que "não trabalham por problemas criados pelo próprio governo", como diz a presidente do sindicato, Maria Laura Pinheiro.

Outra preocupação dos servidores é se o governo continuará

cumprir a sua "função social" nas áreas onde órgãos públicos estão sendo fundidos ou extintos. Um exemplo é a área de abastecimento, onde houve a fusão da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e Companhia Brasileira de Armazéns (Cibrazem). "Não somos contra a fusão, mas todas as atividades que eram realizadas pelos antigos órgãos devem ser mantidas", diz José Fernandes de Farias, diretor do Sindsep.

O Sindsep também reclama um esclarecimento maior, por parte do governo, de como serão tratados os servidores que forem colocados em disponibilidade.

"Só disseram que receberão um salário proporcional ao tempo de serviço, mas não esclareceram como isso será feito". (FSP, 18/3/90)

Collor não tem garantia de obter maioria no Congresso

O presidente Fernando Collor recebeu informação de seus assessores indicando que não está garantida maioria no Congresso para aprovação integral do plano de estabilização. Ele vem comentando com seus articuladores como o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que a aprovação das medidas será seu primeiro e "talvez" mais importante teste político, capaz de condicionar o desempenho de sua administração e até mesmo próximas eleições. A principal reação, por enquanto, refere-se ao limite de saques da conta corrente e diversas modalidades de poupança. "Não vai ser fácil passar", afirma o deputado Dellim Netto (PDS-SP). "Tenho medo que o congresso acabe cortando o plano e tirando sua coerência e consistência", acrescenta o senador Roberto Campos (PDS-MT), ele próprio disposto a não votar no congelamento e prefixação. (FSP, 20/3/90)

O PLANO COLLOR E O CONGRESSO

Partido	Bancada na Câmara	Bancada no Senado	Atitude em relação ao Plano Collor	O que quer mudar
PMDB	160	29	Indefinido	Limite para saque de poupança e política salarial
PFL	95	14	Apoio total	Redução do prazo para saques dos depósitos em poupança
PSDB	56	10	Favorável	Limite para saque de poupança e política salarial
PDT	32	4	Contra	-
PDS	28	2	Apoio parcial	Limite do saque para aposentados e incentivos fiscais para o Nordeste
PRN	22	2	Apoio total; considera o plano inegociável	-
PTB	21	4	Apoio total	Aumento do limite de saque para o aposentado
PL	19	1	Indefinido	-
PT	16	-	Contra	Política salarial e modificação nas regras da poupança
Outros *	45	9		
Total **	495	75		

* PDC, PSB, PC do B, PCB, PSC, PSD, PTR, PST, PPB, PRP e PCN

** 570 (Câmara e Senado)

O que muda

Veja aqui como ficam suas contas e seu dinheiro após a decretação das medidas pelo governo. Estas mudanças valem para o cruzado novo. Pagamentos recebidos após o dia 16 já são automaticamente convertidos em cruzeiros e não ficam sujeitos às regras do confisco.



MOEDA

O cruzado novo é extinto e volta o cruzeiro (Cr\$). Um cruzeiro vale um cruzado novo.



SALÁRIOS

Em março sobem 72,78% (inflação de fevereiro). Depois serão prefixados todo dia 15.



PREÇOS

Voltam aos níveis praticados em 12 de março. A partir de maio serão prefixados todo dia 1º.



POUPANÇA

O limite para saque é de Cr\$ 50 mil. O resto fica retido por 18 meses, pagando correção e juros.



CONTA CORRENTE

Podem ser sacados Cr\$ 50 mil. O resto fica bloqueado 18 meses, pagando correção e juros.



CHEQUES

Passam a ser em cruzeiros. Só serão ao portador se inferiores a 100 BTN (Cr\$ 2.953,99).



ALUGUEL

Será corrigido pelo mesmo índice do salário. A prestação da casa própria no SFH segue inalterada.



TARIFAS

As tarifas de luz e de telefone foram reajustadas em 32,1%. Os combustíveis subiram 57,8%.



ESTATAIS

Foram extintas 32 empresas. Entre elas estão o IAA, o IBC, a Portobrás e a Embrafilme.



OVERNIGHT

Os aplicadores podem retirar só Cr\$ 25 mil ou 20% do saldo da aplicação, o que for maior.



CÂMBIO

O BC deixa de determinar a taxa, que será regida pelo mercado. Fica mantido o dólar-turismo.



IMPORTAÇÃO

As barreiras à importação são reduzidas. É estimulada a vinda de capital estrangeiro.



TRIBUTAÇÃO

O IPI vai aumentar. A renda agrícola e os lucros nas Bolsas e com ações serão taxados.



SUBSÍDIOS

Estão suspensos todos os subsídios e incentivos fiscais. Só a Zona Franca de Manaus terá incentivos.



FUNDOS

Os ao portador acabam. O aplicador saca se declarar a origem do dinheiro ou pagar 25% de IR.

Lula: "era eu quem iria mexer na poupança?"

O conjunto de medidas econômicas anunciado pelo governo Collor desmontou no início o gabinete paralelo do PT. Alguns dos debatedores petistas, reunidos no primeiro encontro do chamado governo paralelo da oposição, no Hotel Danúbio, em São Paulo, chegaram a ver no pacote "mais medidas positivas que negativas". A polémica se arrastou por mais de três horas e Luís Inácio Lula da Silva chegou a ironizar, comentando: "Não era eu quem iria mexer na poupança?"

"Fomos duramente criticados quando dissemos que íamos fazer coisa parecida", queixou-se Lula. O candidato derrotado nas eleições presidenciais, contudo, elogiou com firmeza as políticas fiscal e tributária divulgadas.

"Ainda há muitas perguntas sem respostas", afirmou Lula que colocou em dúvida, porém, a eficácia da retenção do dinheiro em aplicações e contas bancárias: "Os grandes aplicadores já transformaram seus recursos em ouro, dólar ou estão investindo fora do Brasil", apostou ele. Lula entende que "mais uma vez a classe trabalhadora é vítima do arrocho".

Aloízio Mercadante se disse curioso também em relação ao cálculo da inflação deste mês: "Caso se faça o expurgo do aumento de tarifas e do combustível, por exemplo, a perda do poder de compra do trabalhador será enorme". O economista cogitou da possibilidade de surgimento de uma avalanche de processos na Justiça, a exemplo do que ocorreu após o Plano Bresser, caso os direitos dos trabalhadores sejam feridos. (JB, 17/3/90)

Documento do PRN contradiz medidas

A perplexidade é geral. Ninguém esperava as medidas tão profundas e violentas. Ao longo da campanha, o então candidato Collor repetiu insistentemente que todas as medidas econômicas que tomaria quando eleito estavam no documento *Diretrizes de Ação do Governo*, um livro de 130 páginas de uma encadernação simples e letra miúda. Mesmo quem teve a parcimônia de estudar ponto por ponto das *Diretrizes* foi surpreendido com estas primeiras decisões.

Até porque o próprio documento reconhece que "qualquer confisco das disponibilidades do

overnight poderá trazer consequências desastrosas para o nível de atividade da economia".

Na prática, o confisco foi feito, aliado a um alongamento do perfil da dívida interna de 30 meses. Na página 121, no entanto, já havia um aviso, que não dava as dimensões de um garrote tão violento. "A existência de liquidez instantânea sobre uma massa vultosa de recursos dificulta a execução da política monetária e torna vulnerável qualquer programa de estabilização", diz o texto, rejeitando qualquer moratória ou renegociação da dívida interna. (JB, 18/3/90)

Presidente repete Jânio com bilhetes

O presidente Fernando Collor de Mello ressuscitou uma das principais características da efêmera administração Jânio Quadros: enviou um bilhete ao ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, perguntando porque, no Brasil, os trens, ônibus e aviões não obedecem aos horários previstos.

Ozires, que já mostrou o bilhete ao secretário de Transportes, Marcelo Ribeiro, comentou que "um governo não se faz apenas com grandes obras, mas também com respeito aos usuários dos serviços públicos, e o presidente Collor quer providências imediatas da Secretaria de Transportes para que os horários sejam rigorosamente observados". Os cientistas políticos que comparavam o estilo Collor ao de Jânio durante a campanha eleitoral têm, assim, mais um indício de que talvez não estivesse muito longe da verdade.

Ainda no dia 18, Ozires conversou com o presidente Fernando Collor de Mello. O ministro disse a Collor que é fundamental a utilização dos

meios de comunicação pelo governo para explicar o plano econômico à população.

"Precisamos mostrar que o programa da estabilização econômica é para valer", observou. Segundo o ministro, "é necessário tranquilizar as pessoas do povo, provando que as medidas do pacote reverterão em benefícios para a maioria da população".

"Se a inflação não for derrubada, ninguém conseguirá fazer nada neste país", afirmou.

"Penso que os administradores públicos devem reduzir a burocracia e fazer a máquina andar com mais rapidez", argumentou o ministro.

A otimização da administração pública é a principal preocupação de Ozires Silva no momento. Ele espera vencer um dos obstáculos que se apresentam em seu caminho, a incredulidade dos políticos e dos técnicos, cumprindo à risca o programa de governo do presidente. E atendendo prontamente aos pedidos e ordens escritos nos bilhetinhos. (JB, 19/3/90)

PT mostra os erros do plano

Em nota oficial emitida no final da tarde do dia 19, a executiva nacional do PT atacou duramente o plano econômico do presidente Fernando Collor de Mello e o qualificou de "autoritário, demagógico, privatizante e favorável ao capital estrangeiro". Ao longo de suas sete páginas, a nota da direção petista contesta os termos do Plano Collor e apresenta propostas alternativas a serem defendidas pela bancada do partido na Câmara dos Deputados. "O pacote beneficia os exportadores, as multinacionais e os grandes grupos econômicos", diz o texto. "Além de promover confisco salarial, o plano abre a possibilidade de uma ainda mais dependente internacionalização da economia brasileira e permite uma privatização indiscriminada de empresas públicas".

Propostas

A executiva do PT defende, entre outras propostas de alteração do plano econômico, estabilidade de emprego no país por 180 dias, critérios de seletividade para a liberação dos recursos financeiros retidos pelo Banco Central, suspensão dos pagamentos da dívida externa, tributação das propriedades rurais improdutivas e a criação de um fundo de desenvolvimento econômico e social para as áreas da educação, saúde e transportes com os recursos do superávit que o governo obterá com o pacote. "O plano de Collor tem objetivos eleitorais, em uma tentativa de iludir a população", atacou o deputado Luís Inácio Lula da Silva.

As propostas do PT têm como uma de suas principais características a tentativa de permitir que pessoas físicas possam ter acesso à parte de seus recursos retidos em cruzados novos no Banco Central. O plano petista prevê, por exemplo, a autorização para que as pessoas que têm os recursos da poupança como única fonte de renda possam fazer saques mensais em BTN's até o limite da média dos saques efetuados nos últimos doze meses. Além disso, os petistas querem que os compradores de casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação que não possuam outro imóvel possam sacar o seu dinheiro. Os desempregados, segundo o PT, também deverão ter a possibilidade de sacar mensalmente 80% de seu último salário. (JB, 20/3/90)

PDT vê pacote como lesivo

A executiva nacional do PDT, reunida dia 19 para avaliar o programa de estabilização do governo, decidiu condenar em bloco as medidas enviadas ao Congresso pelo presidente Fernando Collor. A bancada federal do partido foi orientada para estudar minuciosamente cada detalhe do programa e apresentar um projeto substitutivo à totalidade das medidas. Segundo Leonel Brizola, presidente do PDT, a executiva concluiu que as medidas penalizam a classe média e não atacam as grandes empresas nacionais e estrangeiras. "Vamos exigir que a remessa de lucro para o exterior termine", disse Brizola que definiu o plano como uma mistura das várias iniciativas mal sucedidas do presidente argentino Carlos Menem.

Comparando o programa atual com o Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986 pelo governo José Sarney, Brizola classificou a iniciativa de Collor de "uma versão mais dura e sofisticada" do outro. "Este plano é ainda mais danoso ao povo que o Cruzado", declarou. "Além de confiscar a poupança da classe média, há um nítido interesse eleitoral - Collor quer construir uma forte bancada conservadora nas eleições de 3 de outubro".

Arrocho

Segundo o PDT, em seu "espírito" o pacote resume-se a uma tentativa de preservar os privilégios "do grande capital nacional e internacional". "Qualquer plano de estabilização impõe sacrifícios à sociedade", explicou Brizola. "E os sacrifícios devem ser distribuídos segundo a capacidade de cada um - quem acumulou mais, paga mais. Collor, porém, preferiu jogar o custo da crise do país sobre os ombros da classe média".

Brizola centrou suas críticas ao programa de estabilização em quatro alvos: a ausência de "mecanismos que enquadrem nos sacrifícios as empresas multinacionais", a "abertura de uma porta para a dilapidação do patrimônio público", o "confisco da poupança popular" e o "arrocho salarial". Brizola ironizou Collor: "Como acreditar em um presidente que acusou o adversário de campanha de pretender confiscar a poupança, prometeu que não faria isso e agora apresenta à nação este plano?", perguntou. (JB, 20/3/90)

CUT vai conversar mas rejeita perdas salariais

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) aceita conversar com o governo Collor sobre o novo plano econômico. A declaração foi dada dia 17 pelo presidente da entidade, Jair Meneguelli, durante reunião da executiva nacional, em São Paulo. Meneguelli afirmou que a CUT foi convidada, pelo ministro do Trabalho e Previdência Social, Antonio Rogério Magri, para um encontro com ele e a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia.

"Vamos ao governo levar as nossas considerações e críticas sobre o plano", disse Meneguelli. O sindicalista não especificou o que seria tratado na reunião com os ministros. Segundo ele, "ainda temos que

aprofundar a análise do programa econômico".

O Dieese ficou encarregado de fazer um estudo sobre as perdas salariais. Um primeiro round" deste estudo seria entregue dia 17 à direção da CUT.

Sobre a decisão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, de se colocar em "estado de alerta, rumo à greve geral", Meneguelli considerou que "nem todas as categorias vão esperar por um movimento global".

Uma das propostas de Meneguelli para discussão era a realização de luta conjunta do movimento sindical. Citou Luis Antonio Meireiros, do Sindicato dos Metalúrgi-

cos de São Paulo, e Joaquim dos Santos Andrade, da Central Geral dos Trabalhadores.

Para Meneguelli, a decisão da CUT em se reunir com o governo não significa uma posição conciliatória. "Vamos ao Executivo assim como vamos ao Legislativo e, se preciso, ao Judiciário", frisou o presidente da CUT.

"Vamos cobrar o Congresso Nacional para que não permita o confisco salarial e vamos também às portas de fábricas", avisou Meneguelli. "Há confisco salarial. Só não sabemos o tamanho", afirma. Para a CUT, "o confisco salarial e a taxa-ção da poupança são inconstitucionais". (FSP, 18/03/90)

Metalúrgicos fazem ato de repúdio contra o hiperpacote

A Sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na Grande São Paulo, foi palco dia 17 da primeira manifestação coletiva de repúdio ao pacote econômico do governo Fernando Collor. Xingamentos foram endereçados ao novo presidente. Nem a primeira dama escapou: "Por que essa desgraçada, que quer ser a mulher mais bonita do Brasil, não vai a uma fábrica ver como vivem nossas companheiras?", disse Vicente Paulo da Silva, 33, presidente do sindicato. Em seu discurso, os banqueiros internacionais foram chamados de "assassi-

nos" e Collor de Mello de "criminoso". Cerca de 350 pessoas participaram da assembléia que deveria discutir o índice para o reajuste da categoria. Com o pacote, o que se aprovou foi a entrada imediata em "estado de alerta rumo a uma greve geral" contra o arrocho salarial. O sindicato de São Bernardo representa 150 mil trabalhadores e é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como a data-base da categoria é abril, o sindicato será protagonista do primeiro confronto com as novas regras.

O choque pode começar na manhã da próxima terça-feira

quando os sindicalistas se reúnem com representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para negociar os índices de reajuste. Os diretores do sindicato afirmam que vão exigir a inflação de março e aumento real da ordem de 25% a 35%, o que significará cerca de 120%. De acordo com o novo plano, o reajuste de abril será pré-fixado. "Será o primeiro confronto com o pacote", diz Osvaldo Rodrigues Cavignato, 44, técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que assessora o sindicato. (FSP, 18/03/90)

Aconteceu

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fds.
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis, 983
01283 São Paulo SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL